

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DE RONDÔNIA Poder Executivo

SANCIONADA 261 0510022

LEI MUNICIPAL Nº 1.527/2022. DE 26 DE MAIO DE 2022.

2. jone lano

ÓRGÃO OFICIAL DE DIVULGAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS LEI 407-10/12/2001 PUBLICADO EM MURAL

9610512000

**Dispõe**: "Emenda a Lei Municipal n° 277/99, devidamente atualizada, alterando o vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Endemias" e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso – RO, Sr João Pavan, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, e considerando a Emenda Constitucional 120/2022 que acrescenta os § 7º, 8º, 9º, 10º e 11º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

## Lei:

- Art. 1° Fica modificado o Anexo IV da Lei Municipal 277/1999, conforme segue:
- I Fica modificado no anexo IV "Quadro de Vencimento", o seguinte vencimento:

## **ANEXO IV QUADRO DE VENCIMENTO**

Cargos e Funções	Vencimento
Agente Comunitário de Saúde	2.424,00

- **Art. 2º** Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.
- **Art. 3º** O vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias não será inferior a 02 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.
- **Art. 4º** Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DE RONDÔNIA Poder Executivo

Art. 5° - Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (NR)

- **Art. 6°** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1° de maio de 2022.
- Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 26 de Maio de 2022.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL